



# CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul

Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006865

Requerente: Vereador Gervásio Santana (PP)

Súmula: Projeto de Lei: que *"Institui o mês de maio, como Maio Amarelo"*.

## RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição, de origem do Vereador Gervásio Santana (PP), a qual *"Institui o mês de maio, como Maio Amarelo"*.

Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

## PARECER

Em exame preliminar acerca do feito, verificamos que, já existe em âmbito municipal Legislação atinente a cor amarela, o qual restou denominado "Setembro Amarelo" (Lei Municipal nº 3.836/2017).

Neste sentido, em que pese o grande relevo do pleito, objeto da presente proposição legislativa (conduta lícita e respeitosa no trânsito – "atenção pela vida") frente à tal situação, entendo quanto à incongruência da presente proposição legislativa.

No mais, quanto ao mérito do pleito, verifico que, a competência municipal para instituir datas comemorativas emana da Lei Orgânica Municipal, que estatui:

***Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;***

***(...)***

***XXXIV □ dispor sobre espetáculos e diversões públicas;***

Já a competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

***Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, (...). Grifamos.***



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul

Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



A proposta em exame, à primeira vista, não se situa fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, considerando que a autonomia legislativa para assuntos de interesse local é garantida pela Constituição Federal, inclusive no que diz respeito a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II), e levando em conta que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre fixação de datas comemorativas e eventos municipais, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê *com a sanção do Prefeito*.

Ao quanto compete nossa manifestação técnica, cumpre registrar também o fato que *a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal caracteriza vício de iniciativa*.

Nesse sentido:

**Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE PELOTAS. LEI MUNICIPAL N.º 6.019/2013 QUE INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO AS FESTAS DE IEMANJÁ E NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES. Constitui-se em vício de iniciativa a promulgação, pelo Poder Legislativo de Lei Municipal que, **ao incluir no calendário oficial de eventos do município as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, interfere na organização de órgãos da Administração Pública**, matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo; bem como origina despesas não previstas na lei de diretrizes orçamentárias, **com a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal**. Afronta ao artigo 8º, artigo 10, artigo 60, inciso II, alínea "d", artigo 61, incisos I e II, artigo 82, incisos III e VII, artigo 149, incisos I, II e III, bem como ao artigo 154, incisos I e II, todos da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME (Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 70057519886, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/10/2014).**

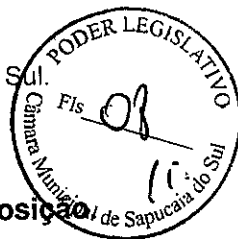
Nesta linha de raciocínio, o entendimento que nos parece mais adequado como "limite extremo da possibilidade de iniciativa parlamentar no que se refere a datas comemorativas", considerando a previsão na Lei Orgânica Municipal quanto à possibilidade de a Câmara de Vereadores dispor sobre todas as matérias da competência municipal com a sanção do prefeito (art. 36 da LOM), vai ao sentido que **o Legislativo poderá instituir**



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul.

Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

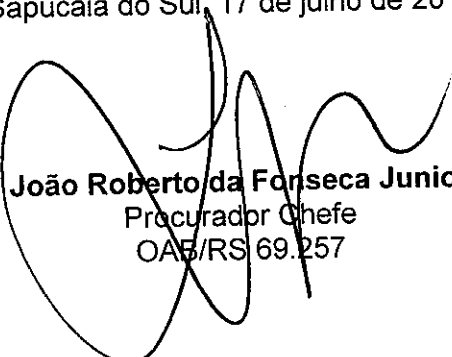


data comemorativa no calendário oficial, desde que o prefeito sancione a proposição.  
**Mas: o Legislativo pode fazer tão somente isso, não poderão constar do projeto quaisquer disposições que criem atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal.**

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado, por ora, a proposta infelizmente no entender desta Procuradoria encontra óbice para tal intento. Ante o exposto, com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o projeto ao prosseguimento na sua tramitação regimental.

Sapucaia do Sul, 17 de julho de 2018.

  
**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257



LEI Nº 3836, de 27 de dezembro de 2017.

**"Institui a campanha de prevenção ao suicídio, denominada "setembro amarelo", no Município de Sapucaia do Sul".**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no art. 34, IV e § 3º e § 6º, do art. 60, da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Sapucaia do Sul o "Setembro Amarelo" - de prevenção ao Suicídio, a ser realizado, anualmente, no dia 10 de setembro.

Parágrafo único. Sempre que possível, será procedida a iluminação em amarelo, aplicação do símbolo da campanha ou sinalização, de forma a remeter ao tema durante todo o mês de setembro nas edificações públicas municipais, o símbolo da campanha aludida no "caput" deste artigo será "um laço" na cor amarelo.

**Art. 2º** Na data de que trata esta lei, poderão ser adotadas ações destinadas à população com os objetivos:

I - Alertar e promover o debate sobre o suicídio e as suas possíveis causas;

II - Contribuir para a redução dos casos de suicídios no Município;

III - Estabelecer diretrizes para ações integradas envolvendo a população, órgãos públicos e instituições públicas e privadas visando ampliar o debate sobre o problema sob o ponto de vista social e educacional estimulando o desenvolvimento de ações, programas e projetos na área da educação e prevenção;

**Art. 3º** As atividades de que trata o artigo anterior poderão ser planejadas e desenvolvidas em conjunto com órgãos e entes públicos e privados relacionados, compreendendo entre outras, palestras, apresentações, distribuição de panfletos ou cartilhas informativas.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber no prazo de 90 dias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sapucaia do Sul, 27 de dezembro de 2017.

NELSON BRAMBILA  
Vereador Presidente

CARLOS EDUARDO SANTANA (Maninho)  
Vereador Secretário